



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
ESTADO DE GOIÁS
A CASA DO POVO



RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Regularização Fundiária de Interesse Social
Residencial Juscelino Kubitschek, em Goiânia

Goiânia
Junho de 2018



Parte I: Apresentação do Evento



Agradecimento da Deputada Isaura Lemos aos participantes da audiência

A audiência pública foi realizada no dia 21 de junho de 2018, às 19h, no Residencial Juscelino Kubitschek (JK), situado à avenida Noroeste, quadra 9 A, lote 26, com o tema “A regularização fundiária de interesse social – Residencial Juscelino Kubitschek”, em Goiânia. O evento foi presidido pela deputada Isaura Lemos, presidenta da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa de Goiás (CHRAU), e contou com a participação de aproximadamente 100 pessoas.



Parte II: Relato

A mestre de cerimônias da Assembleia Legislativa, Maria das Graças, iniciou a solenidade. Saudou a todos e compôs a mesa com as seguintes autoridades:

- Deputada Estadual Isaura Lemos, presidenta da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana;
- Francisco Magalhães Sobrinho, Técnico da Diretoria de Regularização Fundiária da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação de Goiânia;
- Denis Alves, Presidente da Associação Unidos pelo Residencial JK;
- Edvan Gomes, Coordenador do Instituto Memória e Resistência e líder comunitário do Residencial JK;
- Eronildes, diretora do Instituto Memória e Resistência e líder comunitária do Residencial Real Conquista.



Integrantes da mesa da audiência pública



Na sequência, a deputada Isaura Lemos abriu o evento apresentando um histórico das 800 famílias que habitam o Residencial JK e que não possuem escrituras dos terrenos. Informou a todos que a área surgiu em 2006 quando iniciou-se a venda dos lotes pela empresa Sociedade Habitacional Norte, presidida pelo senhor Divino Donizete da Silva, proprietário do terreno. Contudo, o Ministério Público (MP), por meio da promotora Dra. Alice, interveio em 2011 e orientou os moradores a não comprarem os lotes, já que o loteamento não estava aprovado pela Prefeitura e, portanto, a venda de terrenos era irregular. Apesar disso, muitas pessoas já tinham comprado de boa-fé os imóveis e outras, por necessidade, ocuparam as demais áreas.

Conforme relato da deputada, ela recebeu um vídeo de uma das lideranças locais com ameaças e calúnias, o que evidencia uma disputa entre os próprios moradores pela liderança do bairro. Por este motivo, preferiu afastar-se, e também por ser período eleitoral e atuar mais perante ao MP. O senhor Divino desapareceu e muitas pessoas indicaram o envolvimento de políticos no referido loteamento, mas nada foi comprovado.

A deputada lembrou também que a moradia é um direito previsto na Constituição Federal e demonstrou toda sua sensibilidade ao mencionar que quem ganha até três salários não tem condição de pagar aluguel. Afirmou também sua boa relação com a atual gestão da Prefeitura de Goiânia, Iris Rezende, enfatizando todo o empenho que o Prefeito tem feito na medida do possível, para resolver todas as demandas da população.

Em seguida, a palavra foi passada para o senhor Denis Alves, Presidente da Associação Unidos pelo Residencial Juscelino Kubitschek, que saudou a todos. Em um momento de desespero, pediu socorro, não como presidente, mas como morador, dada a precariedade do local e pela falta de infraestrutura básica, como linha de ônibus, iluminação e principalmente a falta de informação e de políticas do poder público no setor.

Dando prosseguimento à audiência, a palavra foi passada ao senhor Edvan Gomes, Coordenador do Instituto Memória e Resistência e líder comunitário do Setor JK. Ele começou fazendo um questionamento aos



participantes quanto às necessidades do bairro: linha de ônibus, posto de saúde, água tratada, energia elétrica, asfalto e, principalmente, a regularização do setor. A deputada informou que já existe uma legislação que não impede a instalação de iluminação pública, mesmo em bairros irregulares e que também buscará uma alternativa semelhante para a canalização de água tratada.

A seguir, a palavra foi passada para Eronildes. A diretora do Instituto Memória e Resistência comentou sua luta desde o início do residencial JK, demarcando os lotes e construindo barracos no tempo em que a área ainda era uma mata. Ela relembrou as reuniões políticas efetuadas e as várias conquistas conseguidas, inclusive a derrubada da liminar que até hoje permite a permanência dos moradores nessa área. A liminar foi obtida graças à sensibilização da Dra. Alice com as 500 famílias que aqui viviam na época. Afirmou também que a união de todos iria garantir a regularização do JK. Enalteceu o trabalho da deputada Isaura Lemos pelo seu apoio ao assentamento de várias famílias.



Francisco Magalhães, Técnico da Diretoria de Regularização Fundiária da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação de Goiânia



Em seguida, a palavra foi passada para o senhor Francisco Magalhães Sobrinho, Técnico da Diretoria de Regularização Fundiária da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação de Goiânia, funcionário de carreira do referido órgão. Ele apresentou um histórico do loteamento, que foi feito de forma irregular por uma cooperativa, que não deu o prosseguimento normal de regularização: entrada do projeto na prefeitura, demarcação dos espaços públicos, registro da área e venda dos lotes. Conforme informação do senhor Magalhães, em maio de 2018 foi notificado o senhor Divino Donizete, judicializando o processo. Ele também fez menção à liminar de regularização que está em poder da juíza encarregada do caso, Dra. Jussara.

O técnico Francisco Magalhães prosseguiu sua fala e afirmou que a Secretaria de Planejamento da Prefeitura solicitou junto à ENEL, através do ofício 0367/2018, análise de viabilidade técnica para instalação da rede de energia elétrica. A mesma solicitação foi feita para a SANEAGO, através do ofício 0368/2018, para análise de viabilidade técnica para instalação de rede de água e esgoto. O senhor Magalhães disse que o mapa do Residencial JK já está aprovado, e faltam apenas as medidas judiciais para garantir o registro em cartório.

Nesse momento, a deputada demonstrou toda sua satisfação pelo adiantado processo de regularização. Prosseguiu sua fala dizendo que solicitaria junto à prefeitura prioridade para o asfaltamento do setor JK, e também reforçaria junto à ENEL e SANEAGO a viabilização da energia elétrica e saneamento básico para o setor. Isaura Lemos enfatizou que somente com união e objetivos comuns conseguirão água, energia, escola, creche, segurança, asfalto, posto de saúde e transporte público. Ela acrescentou ainda que pediu ao Procurador do MP de Goiás, Benedito Torres, a criação de uma vara especializada em regularização fundiária.

Em continuidade, a deputada Isaura Lemos disse que poderiam se manifestar livremente aqueles que desejassem opinar acerca do assunto.



Assim, o senhor Joaquim Aparecido Rodrigues, residente em um barraco, demonstrou toda sua preocupação em construir no terreno, já que o mesmo não é regularizado.

A moradora Jéssica Alves da Silva questionou a respeito dos moradores que ocuparam áreas verdes. O professor Magalhães afirmou que a regularização irá respeitar o projeto inicial, e que os ocupantes de área verde ficariam para um segundo momento, para não atrasar o processo de regularização. A deputada informou que as ocupações devem respeitar o limite de 50 metros do leito do córrego, segundo a Lei orgânica de Goiânia.

Um morador conhecido por todos apenas como Antônio disse, em tom de reclamação, sofrer com a falta de transporte e segurança no seu bairro. Aproveitou o momento para cobrar das autoridades políticas providências para essas demandas, principalmente quanto à precariedade do transporte escolar das crianças. A deputada Isaura Lemos, em resposta, informou que entrará em contato com o Secretário de Educação e com a Companhia Municipal de Transporte Coletivos (CMTCC) para solicitar a melhoria do transporte das crianças e dos trabalhadores.

Outra moradora, Maria Ferreira, residente há seis anos no JK, demonstrou que está preocupada com sua situação, já que seu lote com dimensão de 10 x 16 metros, não teria a dimensão mínima exigida para ser regularizada. O senhor Francisco Magalhães detalhou que atualmente é passível de regularização lote com 90 metros quadrados, ou seja, em um lote com 360 metros quadrados seria possível construir até quatro casas.

Outro morador questionou como ficaria a situação de lotes onde vivem quatro famílias. O professor Magalhães, sempre falando em nome da Prefeitura, explicou que mais de 50 mil famílias estão em uma fila de espera por moradia e que não teria como atender de imediato esses moradores. Finalizou dizendo que a regularização seria feita da forma com está.



Considerações finais da Presidenta da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana,
Isaura Lemos

Fazendo encerramento da audiência, a deputada Isaura Lemos disse que o primeiro passo tinha sido dado e que a Prefeitura já estaria em adiantado processo de regularização. Pregou também que é fundamental a união de todos na busca desse objetivo.

Parte III: Considerações Finais

A audiência pública (art. 58, § 2º, II, da Carta Magna) é uma forma de participação popular transparente e de ampla discussão, que torna o cidadão mais próximo do processo de decisão sobre a “coisa pública”. A regularização fundiária e serviços como asfalto, saneamento básico, iluminação pública, segurança e transporte público são demandas justas da parcela mais carente da população. Na reunião, elas puderam ser expostas, discutidas e até



encaminhadas, o que traz conforto interior para pessoas que, muitas vezes, sentem-se desamparadas.

Como resultados favoráveis mais imediatos, primeiro ficou acertado que será dada continuidade ao processo de regularização fundiária e, também, encaminhado à SANEAGO requerimento de saneamento básico e à ENEL, instalação provisória de iluminação pública. Isso confirma que a audiência, de forma eficiente, contribuiu para aproximar a população do poder público, representado nesta ocasião pela Prefeitura e pelo Legislativo Estadual.

Desse modo, ganhou voz uma parcela social angustiada ou por incertezas com relação ao imóvel que habitam, ou por se achar esquecida quanto a serviços básicos tradicionais. Esses cidadãos clamam que seus direitos e garantias fundamentais, os direitos sociais, sejam respeitados, assegurados e implementados.

**Fotos: André Nascimento*



Composição da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana

Deputados Membros

1 - Titulares

Isaura Lemos (PC do B) – Presidenta
Carlos Antônio (PTB) – Vice-Presidente
Jean Carlo (PSDB)
Marlúcio Pereira (PRB)
Sérgio Bravo (PROS)
Humberto Aidar (MDB)
Nédio Leite (PSDB)

2 - Suplentes

Luís César Bueno (PT)
Álvaro Guimarães (DEM)
Marquinho Palmerston (PSDB)
Hélio de Sousa (PSDB)
Henrique Arantes (PTB)
Paulo Cezar Martins (MDB)
Iso Moreira (DEM)



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
ESTADO DE GOIÁS
A CASA DO POVO



Equipe Técnica

Valdivino Edson de Azevedo
Secretário – Analista Legislativo

Edson Yoiti Haga
Analista Legislativo

Luana Dias de Araújo
Assessora Parlamentar

Marcela Ferreira Souza de Miranda
Analista Legislativo

Mary Anne Rodrigues Araújo
Agente Legislativo

Morse Samuel Silva
Assessor Parlamentar

Sulema de Oliveira Barcelos
Analista Legislativo

Érika Akemi Bernardes Iwamoto
Estagiária